

ATA NÚMERO 148/XII/2.^a SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14h00

Audições sobre o Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores, e sobre o Requerimento do BE sobre o resgate de PPR/E para pagamento de prestações de crédito à aquisição e construção de habitação própria permanente:

- 14h00 - Associação Portuguesa de Bancos
- 15h30 - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO)

16h30

Audição da Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC), sobre o Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores.

14h00

Audições sobre o Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores, e sobre o Requerimento do BE sobre o resgate de PPR/E para pagamento de prestações de crédito à aquisição e construção de habitação própria permanente:

- 14h00 – Associação Portuguesa de Bancos**

O Senhor Presidente da Comissão iniciou os trabalhos, dando as boas vindas à delegação da Associação Portuguesa de Bancos presente, na pessoa do seu Presidente, e enquadrando a audição no âmbito da nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª \(PS\)](#), sobre comissões e outros encargos bancários, bem como no âmbito de um Requerimento do BE, aprovado pela Comissão, sobre o resgate de PPR/E.

A APB efetuou uma intervenção, no âmbito da qual manifestou o seu desacordo sobre a iniciativa legislativa, recordando o papel desempenhado pelo setor financeiro e considerando não dever existir uma atuação administrativa sobre as comissões, que representam cerca de 40% das receitas da atividade bancária.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a APB respondido, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Duarte Cordeiro (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a APB respondido, em conjunto, às questões colocadas.

Enfim, em sede de terceira ronda, usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), tendo a APB efetuado uma alocução final.

O Senhor Presidente agradeceu todas as informações e esclarecimentos prestados pela APB, tendo de seguida dado por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

- 15h30 – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO)

O Senhor Presidente da Comissão iniciou os trabalhos, dando as boas vindas à delegação da DECO e recordando o enquadramento da audição no âmbito da nova apreciação do [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª \(PS\)](#), sobre comissões e outros encargos bancários, bem como no âmbito de um Requerimento do BE, aprovado pela

Comissão, sobre o resgate de PPR/E, recordando as audições já realizadas sobre estas matérias.

A DECO efetuou uma intervenção inicial, no âmbito da qual se pronunciou favoravelmente sobre a iniciativa legislativa, no âmbito da transparência, concorrência e comparabilidade, bem como da proteção dos consumidores. Enquadrou, ainda, a iniciativa no contexto europeu e nacional, em particular quanto ao mercado único e ao programa de trabalho da Comissão Europeia para 2013, atualmente em apreciação. Enfim, deu algumas sugestões em matéria de redação. Quanto ao resgate de PPR/E, apresentou sugestões de clarificação de aspetos dúbios das normas aprovadas, considerando que outros não suscitam quaisquer dúvidas de aplicação.

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a DECO respondido, em conjunto, às questões colocadas.

No âmbito de segunda ronda, o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) efetuou, ainda, um pedido de esclarecimento, tendo a DECO respondido à questão colocada.

O Senhor Presidente em exercício agradeceu todas as informações e esclarecimentos prestados pela DECO, tendo de seguida dado por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

16h30

Audição da Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC), sobre o Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores.

O Senhor Presidente em exercício reiniciou de imediato os trabalhos, dando as boas vindas à delegação da ASFAC presente, na pessoa do seu presidente, e enquadrando a reunião no âmbito da nova apreciação do [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª \(PS\)](#), sobre comissões e outros encargos bancários. Recordou, ainda, a anuência imediata da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Comissão em ouvir a entidade sobre esta matéria, na sequência do interesse por esta manifestado.

A ASFAC efetuou de seguida uma intervenção, na qual manifestou o seu desacordo à iniciativa legislativa em apreciação, considerando dever ser o livre funcionamento do mercado a determinar a fixação das comissões.

O Senhor Presidente em exercício agradeceu a intervenção e abriu o debate, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Carlos Santos Silva (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP), tendo a ASFAC respondido, em conjunto, às questões colocadas. O Senhor Presidente em exercício deu conta da ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE, ausentes em trabalhos parlamentares.

De seguida, o Senhor Presidente em exercício agradeceu os esclarecimentos prestados pela ASFAC, após o que deu por encerrados os trabalhos.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada pelas 19:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro de 2013

O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Carlos Silva e Sousa
Fernando Serrasqueiro
Hugo Velosa
Jorge Paulo Oliveira
Michael Seufert
Paulo Ribeiro de Campos
Paulo Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina
Isabel Santos
Nuno Reis